

Resumo Resumo para a Conferência Científica LBA/GEOMA/PPBio, 17 a 21 de Novembro de 2008: palestra na Mesa Redonda III, “Perspectivas e modelos para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica”

## **AS PERSPECTIVAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO MODELO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO AMAZÔNICA**

**Philip M. Fearnside**

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

C.P. 478

69.011-970 Manaus-Amazonas

Os serviços ambientais representam o alicerce de um cenário em potencial para sustentar a população rural da região amazônica com fluxos monetários baseados no valor dos serviços ambientais de floresta em pé, em lugar da economia atual que está baseado na destruição da floresta. Os serviços ambientais incluem evitar o efeito estufa por meio da manutenção dos estoques de carbono, manutenção do ciclo hidrológico, inclusive o transporte de vapor de água para o centro-sul brasileiro e para países vizinhos, e os benefícios da biodiversidade. Os benefícios do carbono são os mais próximos a produzir fluxos monetários apreciáveis. Para que o efeito estufa seja controlado, a redução das emissões, e o custo correspondente de mitigação, terão que ser muitas vezes maior do que as reduções feitas até hoje. Isto significa que programas voluntários, inclusive o fundo voluntário proposto pelo Brasil em Bali na Conferência das Partes da convenção de clima (UN-FCCC), não atrairão recursos financeiros nesta escala. Se os países do mundo honrarem seus compromissos sobre o controle do efeito estufa, eles terão que desembolsar tanto dinheiro para alcançar as reduções de emissões formalmente acordadas que não terão dinheiro disponível para programas voluntários. Está, portanto, no interesse do Brasil assumir uma meta nacional para emissões sob o Protocolo de Kyoto, ou sob o acordo sucessor desse, e pressionar para a inclusão plena e ilimitada de crédito internacionalmente comercializado para o desmatamento evitado como medida de mitigação para todos os países.

O valor da mitigação de mudança climática atribuído às áreas protegidas na Amazônia depende substancialmente de como a contabilidade é feita, e muitas das decisões nesta questão ainda estão em negociação. Apenas reservas perto da fronteira de desmatamento terão valor apreciável se a contabilidade for baseada em “adicionalidade”, que significa comparar as emissões observadas depois de implantar a reserva ou outra medida de mitigação com as emissões que teriam acontecido em um cenário de linha de base hipotético, sem mitigação. Foram feitas muitas propostas como deveriam ser construídos tais linhas de base. O valor atribuído ao tempo nos cálculos, como pela aplicação de uma taxa de desconto para carbono, influencia grandemente a quantidade de crédito de carbono que uma reserva pode ganhar: baixas taxas de desconto favorecem as reservas em comparação com outras opções de mitigação

Um paradigma de contabilidade alternativo, baseado em estoques em lugar de fluxos, dá uma prioridade muito maior às reservas. Sob o Protocolo de Kyoto, de dezembro 1997, o carbono tem sido calculado baseado em mudanças nos fluxos, mas a abordagem baseada em estoques tem ressurgido recentemente em propostas para crédito no programa “Iniciativa do Amazonas” lançado pelo governo do Estado do Amazonas. Para áreas que estão longe da fronteira de desmatamento, tais como o grande bloco de floresta intacta na parte ocidental do Estado do Amazonas, uma abordagem baseada em estoques é essencial para recompensar o valor climático das florestas e apoiar a criação e manutenção de áreas protegidas antes que o avanço da fronteira faça a criação de reservas financeiramente e politicamente muito mais difícil.

Embora a abordagem mais desejável seja aquela baseada em estoques, em lugar de fluxos de carbono, está claro que, para o futuro previsível, a metodologia predominante de contabilidade de carbono provavelmente estará baseada em fluxos, com a exceção da Iniciativa do Amazonas, em lugar de estoques. Portanto, é importante ter um “Plano B” como uma alternativa para a abordagem baseada em estoques que seria melhor para lugares como o Amazonas. Este “Plano B” é uma série de alterações na abordagem baseada em fluxos, criando um arcabouço onde o efeito de projetos de mitigação, tais como a criação de áreas protegidas, é contabilizado, com o valor de tempo resultando em uma estimativa consistente do equilíbrio entre o vazamento a curto prazo e o desmatamento evitado a longo prazo quando a paisagem fora das reservas é, em grande parte, desmatada.

A perda de floresta amazônica e seus serviços ambientais é intimamente ligada ao debate global sobre a definição de mudança climática “perigosa”. O UN-FCCC (Artigo 2) especifica como seu objetivo evitar concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa que causam “interferência perigosa com o sistema climática global”, e negociações estão em curso sobre a definição deste nível, seja em termos de uma concentração de CO<sub>2</sub> e seu equivalente em outros gases, ou seja em termos de um limite sobre o aumento da temperatura. A União Européia adotou um aumento de máximo da temperatura global média de 2°C sobre temperatura pré-industrial como a definição de mudança climática perigosa, e isto corresponde aproximadamente ao limite de tolerância da floresta amazônica. Uma concentração CO<sub>2</sub>-equivalente de aproximadamente 400 ppmv (inclusive o efeito de gases-traço) teria que ser mantida para alcançar isto com um nível razoável de risco de exceder o limite de 2°C. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil recusou tomar uma posição sobre o assunto e especificamente recusou endossar o limite de 2°C. Isto levanta a dúvida de que o MRE tivesse a intenção de adiar uma decisão (e os limites consequentes sobre as emissões) o máximo possível, deixando o Brasil livre para emitir gases sem restrição para o máximo de tempo possível e de ter como uma cota a mais alta possível quando a hora para limitar as emissões finalmente não pode ser mais adiada. Esta posição seria completamente conflitante aos interesses nacionais, para os quais a manutenção dos serviços ambientais da floresta amazônica deve ser a primeira prioridade.